



Maio/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargos de **Juiz Substituto**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA SELETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida ao candidato a consulta a qualquer tipo de legislação, súmulas e jurisprudência dos Tribunais, anotações ou a quaisquer outros materiais.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I**
Direito Civil

1. Praticado um *ato jurídico de objeto lícito, mas cujo exercício, levado a efeito sem a devida regularidade, acarreta um resultado que se considera ilícito* (FRANÇA, R. Limongi. **Instituições de Direito Civil**. 4. ed., Saraiva, 1991, p. 891), pode-se afirmar que o agente
- (A) cometeu ato ilícito que só pode determinar indenização por dano moral.
- (B) incorreu em abuso do direito.
- (C) praticou ato ilícito, mas que não pode implicar qualquer sanção jurídica.
- (D) realizou negócio nulo.
- (E) realizou negócio anulável.
2. Celebrado contrato de mútuo com garantia hipotecária, por instrumento público,
- (A) o distrato poderá dar-se por instrumento particular, mas a quitação exigirá instrumento público, porque o instrumento particular não serve para o cancelamento da hipoteca.
- (B) a quitação e o distrato poderão dar-se por instrumento particular.
- (C) a quitação e o distrato exigem instrumento público.
- (D) a quitação poderá dar-se por instrumento particular, mas para cancelamento da hipoteca será necessário instrumento público.
- (E) a quitação poderá ser dada por instrumento particular, que servirá para o cancelamento da hipoteca.
3. O Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estabelece um prazo geral de prescrição de dez anos e alguns prazos especiais, entre eles o de cinco anos para certas pretensões, não incluindo aquelas contra a Fazenda Pública. Nesse caso, a disposição do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, que fixa a prescrição quinquenal das pretensões contra a Fazenda Pública,
- (A) foi revogada expressamente pelo Código Civil, na medida que dispôs integralmente sobre a matéria referente à prescrição.
- (B) não foi revogada e só poderá vir a ser revogada por outro decreto.
- (C) não mais regula a matéria, porque ela não pode prevalecer contra disposição de lei.
- (D) foi revogada tacitamente, prevalecendo o prazo geral de dez anos para as pretensões contra a Fazenda Pública.
- (E) continua em vigor, porque não se verifica nenhuma hipótese de revogação que a atinja e esse decreto ocupa a posição hierárquica de lei ordinária.
4. A empresa individual de responsabilidade limitada é
- (A) ente despersonalizado, porque suas atividades são exercidas pela pessoa física ou jurídica que a instituir.
- (B) pessoa jurídica de direito privado, que só poderá ser instituída por outra pessoa jurídica também de direito privado, mas não terá capital social.
- (C) pessoa jurídica de direito privado e será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social.
- (D) pessoa jurídica de direito privado cuja personalidade se confunde com a de seu instituidor e não possui capital social.
- (E) pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado, segundo seja seu instituidor uma pessoa natural ou um ente público.
5. Entre os poderes do juiz, ao fixar a indenização por responsabilidade civil extracontratual, acha-se o de
- (A) impor a pessoa incapaz, qualquer que seja a sua situação econômica ou financeira, condenação a indenizar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) desconsiderar, em qualquer hipótese, a sentença absolutória proferida no Juízo criminal.
- (C) desconsiderar a circunstância de a vítima ter concorrido culposamente para o evento danoso.
- (D) reduzir, equitativamente, a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano produzido.
- (E) reconhecer a responsabilidade objetiva do causador do dano discricionariamente, segundo as circunstâncias do evento danoso.
6. Nos contratos de financiamento, por instituição financeira, com alienação fiduciária em garantia de bem móvel, não sendo paga a dívida, o credor
- (A) poderá promover ação de busca e apreensão do bem, independentemente de notificação prévia do devedor ou de protesto do título, porque a mora se configura pela falta de pagamento no respectivo termo.
- (B) poderá promover ação de busca e apreensão do bem, que terá de ser vendido judicialmente para satisfação de seu crédito.
- (C) poderá promover ação de busca e apreensão do bem e deverá vendê-lo para satisfazer seu crédito.
- (D) só poderá cobrar a dívida, porque, desde a edição da súmula vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal, não poderá ocorrer a prisão do fiduciante, que é considerado depositário, se o bem não for encontrado.
- (E) poderá promover ação de busca e apreensão do bem alienado e, alternativamente, vendê-lo para satisfazer seu crédito ou consolidar definitivamente o domínio em seu patrimônio, a título de pagamento.
7. Analise as assertivas a seguir:
- I. Prestada a fiança por quem seja casado sob o regime da comunhão universal de bens, sem anuência do outro cônjuge, esse contrato é nulo.
- II. São partes no contrato de fiança o fiador e o devedor da obrigação principal.
- III. A fiança que exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até o limite da obrigação afiançada.
- IV. Não se pode estipular fiança sem o consentimento do devedor.
- V. As obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, exceto se a nulidade resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor e que não se trate de mútuo feito a menor.
- Sobre o contrato de fiança, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e V.
- (B) I e V.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



8. Segundo o Estatuto da Terra,
- em nenhuma hipótese são aplicáveis normas pertinentes à parceria, quando as partes celebrarem contrato de arrendamento, devendo, quanto a este, aplicarem-se subsidiariamente apenas as regras do contrato de sociedade.
 - o proprietário pode exigir do arrendatário ou do parceiro exclusividade da venda da colheita, mas é vedado exigir a aceitação de pagamentos em "ordens", "vales", "borós" ou outras formas regionais de pagamento.
 - o prazo dos contratos de parceria agrícola, desde que não convencionado pelas partes, será no mínimo de cinco anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente.
 - presume-se feito, pelo prazo mínimo de três anos, o arrendamento por tempo indeterminado, mas, no caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-á esse prazo prorrogado nas mesmas condições, até sua ultimação.
 - na parceria agrícola é livre a estipulação da cota pertencente ao proprietário.
9. Apresentado título para registro, o oficial do registro de imóveis, entendendo que há exigência a ser satisfeita, indica-la-á por escrito, mas, não se conformando o apresentante ou não podendo satisfazê-la, será o título
- imediatamente submetido ao juiz competente que, ouvidos o apresentante e demais interessados bem como o representante do Ministério Público, proferirá sentença, sujeita a coisa julgada material.
 - remetido ao juízo competente, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, para dirimi-la, cuja decisão tem natureza administrativa e não impede o uso de processo contencioso.
 - remetido ao juízo competente, a seu requerimento, perante o qual deverá requerer a declaração de não existir exigência a ser cumprida, mas a improcedência do pedido não impedirá o uso de processo contencioso.
 - devolvido ao apresentante, que terá de suscitar ao juiz competente dúvida inversa.
 - retido no cartório, até que outro seja apresentado livre de vício, ou incorreção ou imperfeição.
10. Analise as assertivas a seguir:
- O pacto antenupcial não terá efeito perante terceiros senão depois de registrado em livro especial pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
 - É inalterável o regime de bens do casamento, ainda que mediante autorização judicial.
 - No regime da comunhão universal de bens só não se comunicam aqueles herdados ou recebidos por doação com cláusula de incomunicabilidade.
 - No regime da comunhão parcial de bens não se comunicam as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal.
 - No regime de separação de bens, ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial.
- Sobre o regime de bens do casamento, é correto o que se afirma APENAS em
- III, IV e V.
 - I, III e V.
 - I, IV e V.
 - I, II e III.
 - II, III e IV.
11. Na incorporação imobiliária, quando submetida ao regime de afetação,
- o terreno e as acessões, objetos de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.
 - somente a instituição financiadora da construção poderá nomear pessoa física ou jurídica para fiscalizar e acompanhar o patrimônio de afetação, em razão do direito ao sigilo bancário e fiscal que tem o incorporador.
 - o patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador, exceto com outros patrimônios de afetação por ele constituídos, respondendo apenas por obrigações vinculadas às incorporações de um mesmo incorporador.
 - há necessidade de prévia averbação, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.
 - os efeitos da decretação da falência ou da insolvência do incorporador atingem os patrimônios de afetação constituídos, integrando a massa concursal o terreno, mas não as acessões e demais bens e direitos creditórios objeto da incorporação.
12. A retirada *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplantes ou tratamento
- em nenhuma hipótese será permitida se se tratar de pessoa incapaz.
 - independe de autorização, se o doador não tiver descendente, ascendente ou cônjuge sobreviventes.
 - é sempre permitida do corpo de pessoas que não foram identificadas.
 - deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica constatada e registrada por dois médicos, sendo necessariamente, um deles participante da equipe de remoção, e o outro da equipe de transplante.
 - deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante.
- Direito Processual Civil**
13. Opostos e acolhidos embargos de declaração, sua decisão será de natureza
- integrativa ao acórdão que lhe deu origem, sempre e somente esclarecendo pontos omissos, obscuros ou contraditórios e não podendo ter caráter infringente, próprio dos embargos de mesmo nome.
 - autônoma, desvinculada do acórdão original, para o fim de esclarecer seus pontos obscuros, contraditórios, duvidosos e omissos, sem infringência possível.
 - autônoma, desvinculada do acórdão original, para o fim de, em regra, esclarecer seus pontos obscuros, contraditórios e omissos e, excepcionalmente, podendo adquirir caráter infringente.
 - declaratória, incidental e infringente, podendo ainda esclarecer o acórdão em seus pontos duvidosos e omissos.
 - integrativa ao acórdão que lhe deu origem, como regra geral somente esclarecendo os pontos omissos, obscuros e contraditórios mas, excepcionalmente, podendo ter caráter infringente.

14. Examine os enunciados seguintes, referentes aos atos processuais:

- I. Quanto ao objeto, o ato processual se classifica em postulatório, probatório, decisório e negocial; quanto ao sujeito, o ato processual pode ser das partes, do juiz ou dos auxiliares do Juízo.
- II. Como regra geral, os atos processuais não dependem de forma determinada, configurando-se como válidos os que, realizados de outro modo, preenchem sua finalidade.
- III. Para ser anexado aos autos, o documento redigido em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor juramentado ou cuja autenticação da tradução, se realizada sem tradutor oficial, seja assegurada pelo advogado da parte.
- IV. Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem desde logo a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.

Estão corretos

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

15. Erique propõe ação indenizatória contra Ronaldo, pleiteando R\$ 10.000,00 a título de danos morais e obtendo, na sentença, R\$ 9.000,00. Ronaldo recorre, requerendo a improcedência da ação. Nessa situação, Erique

- (A) poderá tanto interpor recurso adesivo, para majorar a indenização, como pleitear esse valor em contrarrazões recursais, pelo decaimento mínimo na sentença.
- (B) poderá tanto recorrer autonomamente, como aderir ao recurso interposto por Ronaldo, por meio de recurso adesivo, que não será conhecido se houver desistência, inadmissibilidade ou deserção do recurso principal, já que a este subordinado.
- (C) por se tratar de danos morais, não poderá recorrer, pois a indenização correspondente é discricionária à valoração judicial.
- (D) poderá recorrer apenas adesivamente, pelo decaimento mínimo na sentença proferida, tratando-se de recurso subordinado e que não será conhecido se houver deserção, inadmissibilidade ou desistência do recurso principal.
- (E) poderá recorrer autonomamente ou por meio de recurso adesivo, sujeito às mesmas regras de admissibilidade do recurso principal e de existência autônoma em relação a ele.

16. A produção antecipada de provas pode referir-se à prova

- (A) testemunhal ou pericial e, uma vez produzida sob o crivo do contraditório, será homologada por sentença apelável que não fará juízo de valor sobre a prova em si.
- (B) testemunhal, quando será sempre incidental, ou pericial, quando será sempre preparatória, nesse caso produzindo-se unilateralmente e com prolação de sentença declaratória.
- (C) pericial, testemunhal e inspeção judicial, é preparatória ou incidental, mas é produzida unilateralmente, para uso em processo principal futuro.
- (D) testemunhal ou pericial, é sempre preparatória e, mesmo não produzida com obediência ao contraditório, será homologada por sentença, da qual cabe apelação.
- (E) pericial, somente, é preparatória ou incidental e nela profere-se sentença declaratória, passível de apelação.

17. No tocante aos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, é correto afirmar:

- (A) Na pendência de uma ação possessória, nada impede que as partes intentem a ação de reconhecimento do domínio, que julgada procedente será tida como prejudicial àquela.
- (B) A ação de nunciação de obra nova, que tem natureza dominial, visa ao embargo liminar de obra prejudicial ao autor; não concedido, converter-se-á em ação demolitória, pelo rito ordinário.
- (C) Na ação de depósito, cuja finalidade é a de exigir a restituição de coisa depositada, o réu somente poderá alegar que já devolveu o bem, assim como a nulidade ou falsidade do título que alicerça a demanda.
- (D) Requerer-se-á a ação de consignação em pagamento no lugar deste, cessando para o devedor, assim que se efetue o depósito, os juros e os riscos, salvo se for julgada procedente.
- (E) A ação de prestação de contas competirá a quem tenha o direito de exigi-las, mas também a quem tenha a obrigação de prestá-las; serão apresentadas em forma mercantil, especificando-se as receitas e a aplicação das despesas, bem como o respectivo saldo, que sendo declarado na sentença como credor poderá ser cobrado em execução forçada.

18. Examine os seguintes enunciados, em relação às alienações judiciais, como procedimento especial de jurisdição voluntária:

- I. Nos casos expressos em lei e sempre que os bens depositados judicialmente forem de fácil deterioração, estiverem avariados ou exigirem grandes despesas para a sua guarda, o juiz, de ofício ou a requerimento do depositário ou de qualquer das partes, mandará aliená-los em leilão.
- II. Poderá o juiz autorizar, em certas circunstâncias, a alienação de semoventes e outros bens de guarda dispendiosa; mas não o fará se alguma das partes se obrigar a satisfazer ou garantir as despesas de conservação.
- III. Quando uma das partes requerer a alienação judicial, o juiz ouvirá sempre a outra antes de decidir, realizando-se o ato, porém, independentemente de leilão, se todos os interessados forem capazes e nisso convierem expressamente.
- IV. A alienação será feita pelo maior lance oferecido, desde que, ao menos, igual ou superior ao valor da avaliação.
- V. Efetuada a alienação e deduzidas as despesas, depositar-se-á o preço, nele ficando sub-rogados os ônus ou responsabilidades a que estiverem sujeitos os bens.

Estão corretos

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) II, III, IV e V, apenas.

19. Em relação à competência, é correto afirmar:

- (A) Argui-se, por meio de exceção, tanto a incompetência relativa como a absoluta.
- (B) A anulabilidade da cláusula de eleição de foro pode ser declarada em qualquer contrato, de ofício e discricionariamente pelo juiz ou a requerimento da parte, casos em que se declinará da competência para o juízo de domicílio do réu.
- (C) Tratando-se de lide sobre imóvel, se este se achar situado em mais de um Estado ou Comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- (D) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele em que a inicial foi distribuída em primeiro lugar.
- (E) A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável, como regra, salvo foro diverso eleito pelas partes.



20. Nas ações de despejo de imóvel urbano, é correto afirmar:
- (A) Havendo cumulação dos pedidos de rescisão da locação e de cobrança dos aluguéis inadimplidos, a execução do julgado só se dará após a desocupação do imóvel, inclusive quanto à cobrança dos aluguéis.
 - (B) Efetuada a purga da mora, se o locador alegar e justificar que a oferta não é integral, caberá ao juiz decretar de imediato o despejo do locatário.
 - (C) Não se admitirá a emenda da mora se o locatário já houver utilizado essa faculdade nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à propositura da ação.
 - (D) Nas ações fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, no pedido de rescisão do contrato serão citados o locatário e o fiador para responderem ao pedido de desfazimento do vínculo contratual.
 - (E) O locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, em vinte dias, contados da citação, o pagamento do débito integral atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial.

21. Nas ações possessórias, NÃO é cabível
- (A) a cumulação, ao pedido possessório, de condenação em perdas e danos, fixação da pena para caso de nova turbação ou esbulho e desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento da posse do autor.
 - (B) o deferimento imediato de manutenção ou reintegração possessória liminar, sem prévia audiência de seus representantes judiciais, nas ações propostas contra as pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) o rito ordinário, em nenhuma hipótese, por se tratar de demanda que obedece a procedimento especial.
 - (D) a fungibilidade processual na propositura das demandas respectivas.
 - (E) o caráter dúplice da defesa oferecida pelo réu, alegando ter sido ele o ofendido em sua posse, demandando a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho perpetrados pelo autor.

22. Nos Juizados Especiais Cíveis,
- (A) não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência ou litisconsórcio.
 - (B) nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro competente será sempre, e exclusivamente, o do domicílio do réu ou do local do ato ou fato.
 - (C) podem ser julgadas as causas cíveis de menor complexidade, entre elas as ações de despejo para uso próprio e as que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as ações possessórias sobre bens imóveis, limitadas a esse valor.
 - (D) não poderão propor ações quaisquer pessoas jurídicas, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil.
 - (E) o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que possua vínculo empregatício com a pessoa jurídica.

23. No processo cautelar, além dos procedimentos cautelares específicos, pode o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação. Essa possibilidade traduz o
- (A) princípio da imposição normativa do juízo.
 - (B) princípio da instrumentalidade processual.
 - (C) poder de coerção jurisdicional.
 - (D) poder de antecipação tutelar do provimento jurisdicional pelo juiz.
 - (E) poder geral de cautela do juiz.

24. Tendo em vista o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Ceará, examine os enunciados seguintes:

- I. Em matéria cível, dentre outros, compete aos juízes substitutos do Ceará processar e julgar os feitos de jurisdição contenciosa ou voluntária, de natureza cível ou comercial, e os correlatos processos cautelares e de execução, assim como os feitos que, por força de lei, devem ter curso no juízo universal de falência ou recuperação judicial.
- II. Em matéria criminal, dentre outras, compete aos juízes substitutos do Ceará processar e julgar as ações penais e seus incidentes, por crimes e contravenções, inclusive as de natureza falimentar não atribuídas a outra jurisdição, assim como proceder a instrução criminal e preparar para julgamento processo-crime da competência do Tribunal do Júri e outros Tribunais de Primeiro Grau instituídos por lei.
- III. Em matéria das execuções criminais, poderá o juiz substituto do Ceará exercer as funções correspondentes, decidindo os incidentes da execução, inclusive quanto a indulto e anistia.

Estão corretos APENAS

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) I e III.

Direito do Consumidor

25. Em relação às cláusulas abusivas nas relações de consumo, examine os enunciados seguintes:

- I. O rol que as aponta é meramente exemplificativo, aberto; sempre que verificar a existência de desequilíbrio na posição contratual das partes no contrato de consumo, o juiz poderá reconhecer e declarar abusiva determinada cláusula, atendidos aos princípios da boa-fé e da compatibilidade com o sistema de proteção ao consumidor.
- II. São nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor, bem como anuláveis as que determinem a utilização compulsória da arbitragem.
- III. A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- IV. A cláusula contratual de eleição de foro, nos casos previstos na lei processual, pode ser considerada abusiva se traduzida em dificuldade de defesa para o consumidor.

Estão corretos

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.



26. Em relação à publicidade nas relações de consumo, é correto afirmar que
- (A) a veiculação de publicidade em revistas e jornais deve ser realizada de modo que, facilmente e de imediato, possa o consumidor identificá-la como tal e não como notícia.
 - (B) a publicidade enganosa ou abusiva se dá sempre comissivamente por meio do fornecedor do produto ou serviço.
 - (C) a publicidade dos métodos de curandeirismo e de "trabalhos" para resolver problemas amorosos configura-se como enganosa.
 - (D) o folheto publicitário é meramente ilustrativo e não precisa guardar, necessariamente, correspondência com o contrato futuro a ser assinado.
 - (E) o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária é de natureza judicial, cabendo ao juiz defini-lo, discricionariamente, em cada caso concreto.
27. Fábio Henrique adquiriu um computador e o fabricante exigiu, para efeito de manutenção da garantia contratual, que um seu funcionário o instalasse, o que ocorreu dez dias depois. Ao utilizá-lo, Fábio percebe de imediato a inadequação do produto às suas necessidades, pois o aparelho não funcionava com seus programas. Nesse caso, Fábio terá
- (A) noventa dias para reclamar do defeito do produto, contados da data da compra, sob pena de caducidade.
 - (B) noventa dias para reclamar o conserto do vício do produto, contados da data do serviço de instalação, sob pena de decadência.
 - (C) noventa dias para reclamar o conserto do vício do produto, contados da data do serviço de instalação, sob pena de prescrição.
 - (D) oitenta dias para reclamar do defeito do produto, por ser de fácil constatação, contados da data da compra, sob pena de decadência.
 - (E) oitenta dias para reclamar do vício do produto, contados da data da compra, sob pena de prescrição.
28. Tatiana adquire um sistema de som nas Casas Ceará e, sete dias depois, considera o aparelho como de pouca potência e procura devolvê-lo, arguindo o prazo de reflexão previsto no CDC, Casas Ceará:
- (A) não será obrigada a aceitar o aparelho de som de volta, pois o prazo de arrependimento previsto em lei é de cinco dias, apenas.
 - (B) será obrigada a aceitar o aparelho de som de volta, mas oferecendo outro de maior potência em troca, já que a compra se deu em seu estabelecimento.
 - (C) não será obrigada a aceitar o aparelho de som de volta, uma vez que o prazo de reflexão não se aplica às mercadorias adquiridas no próprio estabelecimento.
 - (D) será obrigada a aceitar o aparelho de som de volta, pois o prazo de reflexão previsto no CDC aplica-se a qualquer aquisição de bens de consumo, mesmo no próprio estabelecimento.
 - (E) será obrigada a aceitar o aparelho de som de volta, pois para Tatiana o aparelho tinha pouca potência, o que caracterizou defeito do produto.
29. NÃO se inclui entre os direitos contratuais do consumidor
- (A) a interpretação mais favorável das cláusulas contratuais.
 - (B) o recebimento imediato pelo consumidor do valor eventualmente pago pelo produto, monetariamente atualizado, após o exercício do direito de arrependimento.
 - (C) a redação clara e compreensível das cláusulas contratuais, em vernáculo pátrio.
 - (D) o pagamento em cheque, a ser sempre aceito pelo fornecedor do produto ou serviço por se tratar de ordem de pagamento à vista.
 - (E) o efetivo conhecimento do conteúdo do contrato, com a clara especificação dos direitos e deveres de ambas as partes.
30. Luciana Cristina tem sua conta bancária invadida por hackers, que lhe causam prejuízo de R\$ 5.000,00. Ao buscar a reparação do dano, o Banco Ases das Finanças nega-se a lhe devolver o dinheiro, negando que terceiros tenham invadido a conta da consumidora e insinuando que ela própria retirou maliciosamente o dinheiro. Nessa situação, Luciana Cristina proporá ação
- (A) indenizatória por danos materiais e morais contra o banco, que na hipótese responde objetivamente, na modalidade de risco integral, em razão de suas atividades de risco para a sociedade.
 - (B) indenizatória contra o banco, baseada na responsabilidade objetiva no tocante aos danos materiais e na responsabilidade subjetiva quanto aos danos morais, nesse caso sem inversão possível do ônus probatório.
 - (C) de repetição de indébito contra o banco, para que este devolva em dobro o prejuízo, a título material, podendo propor ação indenizatória moral autonomamente.
 - (D) indenizatória por danos materiais e morais contra o banco, tendo que provar a culpa com que este agiu mas podendo pedir a inversão do ônus probatório.
 - (E) indenizatória contra o banco, baseada em sua responsabilidade objetiva pelo risco da atividade, cabendo ao réu o ônus de provar suas alegações; poderá cumular seu pedido de indenização por danos morais, pela insinuação de que agiu ilícitamente.
31. Em relação à qualidade dos produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos nas relações de consumo, examine os seguintes enunciados:
- I. Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
 - II. O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.
 - III. O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança. Se souber posteriormente dessa nocividade ou periculosidade, deverá retirar imediatamente o produto ou serviço do mercado de consumo, comunicando o fato às autoridades competentes para que estas o comuniquem aos consumidores mediante anúncios publicitários nos meios de comunicação.
 - IV. *Recall* é o ato pelo qual o fornecedor informa o consumidor a respeito do defeito do produto que tem potencialidade para causar dano ou prejuízo à sua saúde ou segurança, chamando de volta o produto nocivo ou perigoso para a correção do risco que apresenta.
- Estão corretos
- (A) II, III e IV, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) I, III e IV, apenas.



<p>32. São relações jurídicas que se definem como de consumo, e assim se enquadram legalmente,</p> <p>(A) as bancárias, securitárias, locatícias, bem como as concernentes aos serviços médicos.</p> <p>(B) as condominiais, financeiras, de crédito e as concernentes aos serviços prestados por profissionais liberais.</p> <p>(C) as concernentes às associações civis, bancárias, securitárias e relativas aos serviços advocatícios.</p> <p>(D) as bancárias, securitárias, financeiras e as concernentes aos serviços prestados por profissionais liberais.</p> <p>(E) quaisquer relações que envolvam a entrega de produtos ou serviços, em qualquer circunstância, com habitualidade ou não.</p>	<p>36. Com relação à medida socioeducativa de internação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que</p> <p>(A) deverá ser cumprida em estabelecimento que mantenha atividades pedagógicas, salvo no caso da internação provisória e da internação-sanção.</p> <p>(B) o adolescente a ela submetido poderá peticionar diretamente a qualquer autoridade.</p> <p>(C) será aplicada quando o adolescente não conseguir cumprir a medida de semiliberdade imposta, em razão da ausência de respaldo familiar.</p> <p>(D) pode ser determinada em razão do descumprimento injustificado e reiterado de medida anteriormente imposta, com duração de até seis meses.</p> <p>(E) pode ser determinada em razão de reiteração no cometimento de outras infrações graves, desde que a prática atual tenha sido praticada com violência ou grave ameaça à pessoa.</p>
<p style="text-align: center;">Direito da Criança e do Adolescente</p> <p>33. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança prevê, dentre suas disposições, o direito</p> <p>(A) à adoção internacional como meio de cuidado de crianças, não a condicionando à ausência de atendimento adequado em seu país de origem.</p> <p>(B) à concessão de benefícios pertinentes, exceto quando relativos à previdência social.</p> <p>(C) de incentivo aos órgãos de comunicação a levar em conta as necessidades linguísticas da criança que pertencer à minoria, salvo as indígenas, que têm regramento internacional próprio.</p> <p>(D) de ser considerada criança, para aplicação da norma internacional, pessoa até os 21 (vinte e um) anos de idade.</p> <p>(E) de liberdade de reunião pacífica, inclusive da liberdade de associação.</p>	<p>37. Com relação ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes, consta do Estatuto da Criança e do Adolescente:</p> <p>(A) É vedado o trabalho noturno ao adolescente submetido a regime familiar de trabalho.</p> <p>(B) As normas de proteção ao trabalho de adolescentes estão reguladas exclusivamente pelo ECA e pela Constituição Federal.</p> <p>(C) O programa social que tenha por base o trabalho socioeducativo não poderá estar sob a responsabilidade de entidade governamental, mas somente não governamental sem fins lucrativos.</p> <p>(D) O adolescente aprendiz, maior de catorze anos, tem assegurado os direitos trabalhistas, afastando-se os previdenciários em razão da natureza do serviço.</p> <p>(E) O adolescente que mantiver participação na venda de produtos originários de seu trabalho perderá a condição de trabalho educativo de sua atividade.</p>
<p>34. Com relação à autorização para viajar, pode-se afirmar, tomando por base as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, que</p> <p>(A) constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial, previsto pelo Estatuto.</p> <p>(B) constitui instrumento judicial de prevenção geral, previsto pelo Estatuto.</p> <p>(C) será dispensada quando se tratar de viagem ao exterior de adolescente acompanhado de um dos pais e autorizado pelo outro, em declaração simples, sem maiores formalidades.</p> <p>(D) será exigida somente quando a criança estiver desacompanhada dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.</p> <p>(E) será exigida quando a criança e o adolescente estiverem desacompanhados dos pais ou responsável e tratar-se de deslocamento à comarca contígua à de sua residência, mesmo que acompanhada de pessoa por eles autorizada.</p>	<p>38. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, segundo a Lei nº 12.594/12,</p> <p>(A) credenciar orientadores de medida, após seleção pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>(B) sofrer impugnação do programa através de procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>(C) delegar a supervisão dos programas ao Conselho Tutelar.</p> <p>(D) comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.</p> <p>(E) encaminhar relatório do educando, solicitando a substituição da medida socioeducativa em curso, quando autorizado pelo juiz competente.</p>
<p>35. É garantia da educação escolar pública, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,</p> <p>(A) o acesso até o ensino fundamental como direito público subjetivo.</p> <p>(B) o acesso público e gratuito exclusivamente ao ensino fundamental, àqueles que não o concluíram em idade própria.</p> <p>(C) o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino.</p> <p>(D) a educação infantil gratuita às crianças de até 6 (seis) anos de idade.</p> <p>(E) o atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.</p>	<p>39. A respeito do financiamento e cofinanciamento do sistema socioeducativo, a Lei nº 12.594/12 dispõe:</p> <p>(A) Incumbe aos Estados manter programas de execução das medidas de liberdade assistida, semiliberdade e de internação, bem como editar normas complementares para organização de seu sistema e dos sistemas municipais.</p> <p>(B) O Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente definirá, anualmente, o percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados nas ações previstas pela Lei em destaque.</p> <p>(C) Compete ao município cofinanciar, juntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinadas ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional.</p> <p>(D) Somente os entes federados estaduais e municipais deverão prestar informações sobre o desempenho de suas ações através do Sistema de Informações sobre Atendimento Socioeducativo, já que são os que executam diretamente as medidas socioeducativas privativas de liberdade e em meio aberto.</p> <p>(E) O Sinase será cofinanciado com recursos dos orçamentos fiscais, além de outras fontes, exceto com os recursos da seguridade social.</p>



<p>40. No que diz respeito ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, é correto afirmar:</p> <p>(A) A criança ou adolescente submetido ao programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada anualmente.</p> <p>(B) A determinação de guarda de criança ou adolescente a terceiro não exclui o dever dos genitores de prestar alimentos.</p> <p>(C) O maior de doze anos será ouvido em caso de colocação em família substituta, sendo sua manifestação um dos elementos de formação da convicção do juiz, podendo ser afastada.</p> <p>(D) A colocação em família substituta de criança ou adolescente indígena deverá ocorrer obrigatoriamente no seio de sua comunidade.</p> <p>(E) A condenação criminal definitiva pela prática de crime doloso praticado por pai ou mãe, implicará, automaticamente, perda do poder familiar.</p>	<p>44. Quanto aos crimes contra o patrimônio, possível assegurar que</p> <p>(A) é pública condicionada a ação penal no caso de dano cometido por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima.</p> <p>(B) é causa de aumento da pena no roubo o fato de a vítima estar em serviço de transporte de valores, independentemente de o agente conhecer a circunstância.</p> <p>(C) é admissível no furto praticado em concurso de pessoas o acréscimo de um terço até metade sobre a pena prevista para a forma simples do delito, por aplicação analógica do disposto para o roubo majorado pela mesma circunstância.</p> <p>(D) o crime de duplicata simulada é de natureza formal, não exigindo a ocorrência de resultado naturalístico.</p> <p>(E) cabível o perdão judicial na receptação dolosa simples, se primário o agente e de pequeno valor a coisa.</p>
<p style="text-align: center;">BLOCO II</p> <p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>41. No tocante às penas restritivas de direitos,</p> <p>(A) há conversão em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta, sem dedução do tempo cumprido da sanção substitutiva.</p> <p>(B) é possível a imposição de interdição temporária de direitos consistente em proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.</p> <p>(C) é admissível a fixação de pena substitutiva como condição especial ao regime aberto, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) é obrigatória a conversão, se sobrevier condenação à pena privativa de liberdade.</p> <p>(E) a perda de bens e valores pertencentes ao condenado dar-se-á, preferencialmente, em favor da vítima ou de seus sucessores.</p>	<p>45. No que se refere ao juizado especial criminal,</p> <p>(A) é admissível a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de 1/6 (um sexto) for inferior a um ano.</p> <p>(B) é cabível a transação penal apenas nos crimes de ação penal pública incondicionada.</p> <p>(C) são consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, desde que não cumulada com multa.</p> <p>(D) é incabível o acordo civil nos crimes de ação penal pública condicionada.</p> <p>(E) não se admite a transação penal se comprovado que o autor da infração já foi condenado, pela prática de contravenção penal, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.</p>
<p>42. NÃO é causa de suspensão da prescrição</p> <p>(A) o tempo de prisão do condenado por outro motivo.</p> <p>(B) o não lançamento definitivo do débito nos crimes tributários, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) a instauração de incidente de insanidade mental.</p> <p>(D) a suspensão condicional do processo.</p> <p>(E) o não comparecimento do réu citado por edital que não constituiu advogado.</p>	<p>46. Em matéria de execução penal, NÃO constitui entendimento sumulado dos Tribunais Superiores o seguinte enunciado:</p> <p>(A) É inadmissível a chamada progressão <i>per saltum</i> de regime prisional.</p> <p>(B) Admite-se o exame criminológico, desde que em decisão motivada.</p> <p>(C) Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinado, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>(D) Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal para a progressão de regime prisional.</p> <p>(E) A falta grave não interrompe o prazo para a progressão de regime.</p>
<p>43. Na aplicação das penas,</p> <p>(A) é aceito pela jurisprudência que, incidindo duas qualificadoras, uma sirva de circunstância agravante, se assim prevista.</p> <p>(B) a diminuição pela atenuante da confissão espontânea deve incidir depois do acréscimo pelo concurso formal.</p> <p>(C) pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição no caso de concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte geral do Código Penal, sempre prevalecendo a que mais diminua.</p> <p>(D) o acréscimo pelo concurso formal não pode conduzir a pena superior à que seria cabível pela regra do concurso material, diversamente do que se verifica em relação ao crime continuado.</p> <p>(E) é possível o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, ainda que fixada a pena-base no mínimo legal, ante a gravidade abstrata do delito, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>47. Nos crimes contra a liberdade sexual e nos crimes sexuais contra vulnerável, a ação penal</p> <p>(A) é pública incondicionada apenas se a vítima é menor de quatorze anos.</p> <p>(B) é pública condicionada se a vítima for pessoa vulnerável, independentemente da idade.</p> <p>(C) é pública incondicionada apenas se a vítima for pessoa vulnerável menor de dezoito anos.</p> <p>(D) pode ser privada, se praticado o fato antes da vigência do atual art. 225 do Código Penal.</p> <p>(E) é pública condicionada se a vítima é maior de quatorze e menor de dezoito anos.</p> <p>48. Se praticado no contexto de violência doméstica, a ação será pública incondicionada no caso de crime de</p> <p>(A) lesão corporal contra a mulher, mas apenas se grave.</p> <p>(B) ameaça, independentemente da condição da vítima.</p> <p>(C) lesão corporal leve contra pai.</p> <p>(D) ameaça contra mulher.</p> <p>(E) lesão corporal contra mulher, independentemente da extensão.</p>



<p>49. Em tema de concurso de pessoas, é possível afirmar que</p> <p>(A) o concorrente, na chamada cooperação dolosamente diversa, responderá pelo crime menos grave que quis participar, mas sempre com aumento da pena.</p> <p>(B) indispensável a adesão subjetiva à vontade do outro, embora desnecessária a prévia combinação.</p> <p>(C) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio nunca são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.</p> <p>(D) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.</p> <p>(E) a participação de menor importância constitui causa geral de diminuição da pena, incidindo na segunda etapa do cálculo.</p>	<p>54. Quanto à assistência da acusação, é correto afirmar que</p> <p>(A) do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá impugnação por qualquer meio, segundo a doutrina e a jurisprudência.</p> <p>(B) pode propor meios de prova, dispensada a oitiva do Ministério Público acerca de sua realização.</p> <p>(C) o corréu pode intervir como assistente.</p> <p>(D) o assistente receberá a causa no estado em que se achar, mesmo após o trânsito em julgado.</p> <p>(E) o prazo para o assistente recorrer supletivamente começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.</p>
<p>50. A suspensão condicional da pena</p> <p>(A) é incabível nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.</p> <p>(B) obriga, necessariamente, à prestação de serviços à comunidade ou à limitação de fim de semana no primeiro ano do prazo.</p> <p>(C) é incabível para o condenado reincidente, independentemente da natureza do crime que originou a agravante.</p> <p>(D) é estendida às penas restritivas de direitos e à multa.</p> <p>(E) é subsidiária em relação à substituição por pena restritiva de direitos.</p>	<p>55. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, o juiz</p> <p>(A) poderá determinar a antecipação da prova testemunhal, produzindo-a apenas na presença do Ministério Público.</p> <p>(B) poderá tomar o depoimento antecipado de testemunha nos casos de enfermidade ou velhice, mas não no de necessidade dela ausentar-se.</p> <p>(C) poderá determinar a produção antecipada das provas, fundamentando a necessidade da medida no decurso do tempo.</p> <p>(D) deverá ordenar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, este regulado pelo máximo da pena cominada, segundo entendimento sumulado.</p> <p>(E) deverá decretar a prisão preventiva.</p>
<p>51. Os crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão são aqueles</p> <p>(A) cuja consumação se protraí no tempo, enquanto perdurar a conduta.</p> <p>(B) em que a relação de causalidade é normativa.</p> <p>(C) praticados mediante o "não fazer" o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico.</p> <p>(D) que se consumam antecipadamente, sem dependência de ocorrer ou não o resultado desejado pelo agente.</p> <p>(E) que o agente deixa de fazer o que estava obrigado, ainda que sem a produção de qualquer resultado.</p>	<p>56. No procedimento dos juzados especiais criminais,</p> <p>(A) a apelação será interposta no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, abrindo-se vista depois para oferecimento das respectivas razões no prazo de 03 (três) dias.</p> <p>(B) a sentença conterà relatório, fundamentação e dispositivo.</p> <p>(C) os embargos de declaração não suspendem o prazo para o recurso.</p> <p>(D) a prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.</p> <p>(E) nenhum ato será adiado, vedada a determinação de condução coercitiva de quem deva comparecer.</p>
<p>52. Na coação moral irresistível, há exclusão da</p> <p>(A) antijuridicidade.</p> <p>(B) culpabilidade, por inimputabilidade.</p> <p>(C) culpabilidade, por não exigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(D) tipicidade.</p> <p>(E) culpabilidade, por impossibilidade de conhecimento da ilicitude.</p>	<p>57. Em relação ao recurso de apelação, é possível assegurar que</p> <p>(A) o efeito devolutivo contra as decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.</p> <p>(B) a decisão do recurso interposto por um dos réus, no caso de concurso de agentes, sempre aproveitará aos outros.</p> <p>(C) pode o Tribunal acolher, contra o réu, nulidade não arguida no recurso voluntário da acusação.</p> <p>(D) não há nulidade no julgamento sem prévia intimação do advogado constituído ou publicação da pauta.</p> <p>(E) é inadmissível a interposição pelo réu para obter a modificação do fundamento legal da absolvição.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>53. No tocante ao procedimento do júri, correto afirmar que</p> <p>(A) não será permitida a leitura de documento durante o julgamento, se não se tiver sido juntado aos autos com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, não se compreendendo na proibição a leitura de matéria jornalística.</p> <p>(B) na fundamentação da pronúncia o juiz deverá indicar os elementos que comprovam a autoria e a materialidade do fato.</p> <p>(C) a absolvição sumária não impede a formulação de nova denúncia ou queixa se houver prova nova, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade.</p> <p>(D) é cabível apelação e recurso em sentido estrito contra as decisões de pronúncia e impronúncia, respectivamente.</p> <p>(E) é possível a absolvição sumária do acusado inimpunível, se a excludente da culpabilidade for a única tese defensiva.</p>	



<p>58. A revisão criminal</p> <p>(A) não admite reiteração, ainda que fundada em novas provas.</p> <p>(B) não se presta a modificar a pena.</p> <p>(C) é aceita no caso de sentença absolutória imprópria.</p> <p>(D) obriga o recolhimento à prisão para ser requerida.</p> <p>(E) pode ser requerida em qualquer tempo, mas apenas antes da extinção da pena.</p>	<p>62. No processo de elaboração da lei de revisão geral da remuneração dos servidores estaduais</p> <p>(A) incide jurisprudência vinculante – relativamente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.</p> <p>(B) declarada a inconstitucionalidade por omissão na hipótese, será dada ciência ao Poder Executivo para a adoção das providências necessárias, devendo fazê-lo em trinta dias.</p> <p>(C) deve ser cumprido prazo anual para a revisão, prazo esse que existe desde o texto constitucional originário da República.</p> <p>(D) deve ser respeitada norma da Constituição da República sobre reserva de iniciativa, ainda que não tenha sido reproduzida pela Constituição estadual.</p> <p>(E) devem ser observadas exclusivamente as normas constitucionais e legais estaduais pertinentes.</p>
<p>59. O inquérito policial</p> <p>(A) é imprescindível para a propositura da ação penal, mas não pode subsidiar com exclusividade a prolação de sentença condenatória.</p> <p>(B) não pode ser retomado, se anteriormente arquivado por decisão judicial que reconheceu a atipicidade do fato, a requerimento do Promotor de Justiça, ainda que obtidas provas novas.</p> <p>(C) deve terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, prazo que, se excedido, levará a constrangimento ilegal sanável pela via do <i>habeas corpus</i>, com prejuízo de prosseguimento do procedimento.</p> <p>(D) pode ser instaurado de ofício para apuração de crime de ação penal pública condicionada.</p> <p>(E) não pode ser objeto de trancamento pela autoridade judiciária.</p>	<p>63. Sobre a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 – Reforma do Poder Judiciário, é correto afirmar:</p> <p>(A) O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação da Emenda nº 45, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal e estadual objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.</p> <p>(B) As atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.</p> <p>(C) O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público foram instalados no prazo constitucional de noventa dias a contar da promulgação da Emenda nº 45.</p> <p>(D) A indicação ou escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, não efetuadas dentro do prazo constitucional, é confiada pela Emenda nº 45, respectivamente, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador-Geral da República.</p> <p>(E) Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor.</p>
<p>60. Na sentença condenatória, o juiz</p> <p>(A) não precisa fundamentar a necessidade de manutenção de prisão preventiva.</p> <p>(B) pode reconhecer circunstâncias agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.</p> <p>(C) pode atribuir ao fato definição jurídica diversa, sem modificar a descrição contida na denúncia ou na queixa, prejudicada a suspensão condicional do processo.</p> <p>(D) não pode computar o tempo de prisão provisória para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.</p> <p>(E) decidirá de pronto, no caso de entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração não contida na acusação, se o órgão do Ministério Público não proceder ao aditamento.</p>	<p>64. Considere as seguintes informações:</p> <p>I. Dispositivo legal determinava que os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo teriam as respectivas penas cumpridas integralmente em regime fechado. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do referido dispositivo, ao entendimento de que violava a garantia constitucional da individualização da pena.</p> <p>II. O Supremo Tribunal Federal compreende que a fidelidade partidária é inerente ao sistema eleitoral proporcional, bem como decorrente da necessidade de filiação partidária para candidatura.</p> <p>III. O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional lei do Estado da Bahia que criou o município de Luís Eduardo Magalhães, mas não pronunciou a sua nulidade pelo prazo de vinte e quatro meses.</p> <p>Estes três precedentes</p> <p>(A) resultaram do julgamento de ações diretas, sobretudo porque os respectivos efeitos temporais não poderiam ser modulados em espécies processuais próprias ao controle difuso.</p> <p>(B) conheceram aplicação <i>erga omnes</i> após manifestação do Senado Federal.</p> <p>(C) implicaram modificação de entendimento anterior do próprio Supremo Tribunal Federal e, inclusive por isso, os efeitos das inconstitucionalidades reconhecidas foram modulados no tempo.</p> <p>(D) foram superados pela jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) exigiram, para tomada de decisão, maioria absoluta dos membros das respectivas turmas julgadoras.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. Tribunal de Justiça julgou ação direta de inconstitucionalidade contra lei municipal em face de dispositivo da Constituição do respectivo Estado (dispositivo esse que reproduz dispositivo da Constituição da República de observância obrigatória pelos Estados). Interposto recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da lei municipal impugnada.</p> <p>No contexto descrito, a decisão do recurso extraordinário</p> <p>(A) tem, por si só, eficácia <i>erga omnes</i> apenas estadual.</p> <p>(B) deve ser comunicada ao Senado Federal para o fim de eventual suspensão da execução da lei municipal declarada inconstitucional.</p> <p>(C) não enseja comunicação ao Senado Federal porque falta competência, ao Senado, para suspender a execução da lei municipal declarada inconstitucional.</p> <p>(D) tem, por si só, eficácia <i>erga omnes</i> nacional.</p> <p>(E) deve ser comunicada à respectiva Assembleia Legislativa para o fim de obrigatória suspensão da execução da lei municipal declarada inconstitucional.</p>	



65. Consta da Constituição do Estado do Ceará:
- A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por cinco décimos por cento dos eleitores.
 - Cabe a iniciativa de leis aos cidadãos, mediante proposta de projeto de lei à Assembleia Legislativa, subscrita por cinco décimos por cento do eleitorado estadual.
 - A delegação ao Governador, que independerá de solicitação deste, terá a forma de resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.
 - Recebidas as indicações para o quinto constitucional, o Tribunal de Justiça formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo que, nos trinta dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes.
 - As entidades da sociedade civil, legalmente constituídas, poderão, nos termos do disposto em Resolução da Assembleia Legislativa, apresentar projetos de iniciativa compartilhada, os quais tramitarão, se acolhidos, como proposição da Mesa Diretora.

Direito Eleitoral

66. Em face da disciplina legal e constitucional que rege a organização da Justiça Eleitoral, NÃO cabe
- ao Tribunal Superior Eleitoral julgar mandado de segurança, em matéria eleitoral, contra atos do Presidente da República, do Tribunal de Contas da União e do Procurador-Geral da República.
 - ao juiz eleitoral julgar vereador pela prática de crime eleitoral, ante disposição normativa da Constituição Estadual que atribui ao Tribunal de Justiça do Estado a competência para julgar vereadores pela prática de crimes comuns e de responsabilidade.
 - ao juiz de direito substituto exercer as funções de juiz eleitoral antes de transcorrido o prazo para aquisição da vitaliciedade.
 - aos Tribunais Regionais Eleitorais julgar originariamente juiz de direito por crime eleitoral, ainda que praticado no exercício da função de juiz eleitoral, pois trata-se de atribuição constitucionalmente reservada aos Tribunais de Justiça dos Estados.
 - ao Tribunal Superior Eleitoral julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos praticados por juiz que integra Tribunal Regional Eleitoral.
67. Os Tribunais Regionais Eleitorais, em sua composição, contarão com
- dois juízes nomeados pelo Presidente da República, selecionados entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelo respectivo órgão de representação classista ao Tribunal de Justiça respectivo, que, por sua vez, formará lista tríplice e a encaminhará à apreciação presidencial.
 - três juízes nomeados pelo Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado, ainda que não contem com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
 - dois juízes nomeados pelo Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado, desde que contem com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
 - dois juízes escolhidos, dentre os juízes de direito, pelo Tribunal Superior Eleitoral.
 - um juiz integrante do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, sendo vedada a escolha de juiz federal para exercer, ainda que supletivamente, o cargo.

68. Considere as seguintes afirmativas:
- A filiação partidária somente é permitida ao eleitor que se encontre em pleno gozo de seus direitos políticos, sendo cabível ainda que esteja inelegível, segundo decisão proferida pela Justiça Eleitoral.
 - É vedado o cancelamento da filiação partidária em caso de superveniente perda dos direitos políticos do filiado, salvo expressa disposição estatutária em sentido contrário.
 - Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais.
 - Configurado caso de dupla filiação do eleitor, ambos os vínculos partidários devem ser considerados nulos para todos os efeitos.
- Está correto o que é afirmado APENAS em
- II e IV.
 - I, II e IV.
 - I e IV.
 - I e III.
 - II e III.

69. Considere as seguintes afirmativas:
- É vedada, no período de campanha eleitoral, a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.
 - Entre as informações que devem ser registradas, para conhecimento público, junto à Justiça Eleitoral pelas entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos encontram-se as seguintes: quem contratou a pesquisa, questionário completo aplicado ou a ser aplicado, nome de quem pagou pela realização do trabalho e cópia da respectiva nota fiscal.
 - É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais por qualquer meio de comunicação, a partir do décimo quinto dia que antecede a data da eleição até as dezoito horas do dia do pleito.
 - Não configura crime a irregularidade comprovada nos dados publicados em pesquisas eleitorais, ensejando, porém, a obrigatoriedade de veiculação dos dados corretos no mesmo espaço, local, horário, página, caracteres e outros elementos de destaque, de acordo com o veículo usado.
- Está correto o que é afirmado APENAS em
- II e IV.
 - I, II e III.
 - I e II.
 - I e IV.
 - II e III.

70. A diplomação pela Justiça Eleitoral
- não autoriza o exercício de qualquer prerrogativa decorrente do cargo para o qual o diplomado foi eleito, pois constitui ato de natureza distinta da posse.
 - enseja o afastamento de suas atividades, mesmo antes da posse, de candidato eleito que exerça a função de notário ou oficial de registro.
 - tem como destinatários apenas os candidatos eleitos, sendo vedada a expedição de diploma aos candidatos classificados como suplentes no pleito eleitoral.
 - não é cabível em face da rejeição à prestação de contas do candidato eleito.
 - não determina a aplicação de quaisquer das incompatibilidades e vedações inerentes ao cargo para o qual o diplomado foi eleito, pois constitui ato de natureza distinta da posse.

BLOCO III**Direito Empresarial**

71. No processo de recuperação judicial da empresa Colchões de Mola Dorme Bem Ltda., a devedora apresentou plano de recuperação que previa: (i) o pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador; (ii) o pagamento, no prazo de 1 (um) ano, dos demais créditos derivados da legislação do trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial; (iii) o pagamento, no prazo de 5 (cinco) anos, de todos os créditos quirografários, com abatimento de 20% (vinte por cento); e (iv) o pagamento, no prazo de 10 (dez) anos, de todos os créditos com garantia real, com abatimento de 30% (trinta por cento). Oferecida objeção por um dos credores trabalhistas, foi convocada Assembleia-Geral de Credores para deliberar sobre o plano. Nessa assembleia, o plano restou aprovado por todas as classes de credores, segundo os quóruns previstos em lei. Diante dessas circunstâncias, e tendo em vista as normas de ordem pública que disciplinam a elaboração do plano de recuperação, conclui-se que o juiz
- (A) não deve homologar o plano nem conceder a recuperação judicial, pois a lei proíbe que se estabeleça prazo superior a 2 (dois) anos para o pagamento de quaisquer créditos, já que esse é o prazo máximo durante o qual o devedor poderá permanecer em recuperação judicial.
 - (B) não deve homologar o plano nem conceder a recuperação judicial, pois a lei proíbe que se estabeleça o pagamento dos créditos com garantia real em condições piores do que as previstas para o pagamento dos créditos quirografários.
 - (C) deve homologar o plano e conceder recuperação judicial, desde que satisfeitas as demais exigências legais.
 - (D) não deve homologar o plano nem conceder a recuperação judicial, já que, por exigência legal, os créditos derivados da legislação do trabalho devem ser pagos até, no máximo, seis meses.
 - (E) não deve homologar o plano nem conceder a recuperação judicial, já que, por exigência legal, os créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial devem ser pagos no prazo de 30 (trinta) dias até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por trabalhador.

72. Analise as seguintes proposições acerca do protesto de títulos:
- I. O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida. Na contagem desse prazo, inclui-se o dia da protocolização e exclui-se o do vencimento.
 - II. A intimação do devedor será feita por edital se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do Tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.
 - III. Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, independentemente do pagamento dos emolumentos e de quaisquer despesas.
 - IV. O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.
 - V. É admitido o protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e V.
 - (B) IV e V.
 - (C) I e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
73. Acerca do Conselho de Administração da Sociedade Anônima, é correto afirmar:
- (A) Compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.
 - (B) Compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, fiscalizar a gestão dos diretores e deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição. Esse órgão será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia-Geral e destituíveis por ela a qualquer tempo. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), também poderão ser eleitos para cargos de diretores, hipótese em que exercerão cumulativamente as funções dos dois cargos.
 - (C) É órgão obrigatório nas companhias abertas e nas companhias de economia mista, mas de existência facultativa nas companhias de capital autorizado.
 - (D) Na eleição dos membros do Conselho de Administração, é cabível a adoção do processo de voto múltiplo a pedido de acionistas representantes de 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto, desde que exista previsão no estatuto social e que o requerimento seja formulado até a data da instalação da assembleia, salvo se houver oposição de acionistas representantes de mais da metade do capital social com direito a voto.
 - (E) Os membros do Conselho de Administração deverão ser pessoas naturais residentes no País e acionistas da companhia. Além disso, são inelegíveis para o Conselho de Administração as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.



74. João e Paulo, empresários, constituíram uma sociedade em conta de participação para atuação no mercado imobiliário. Ajustaram que João seria o sócio ostensivo e Paulo o sócio participante, cada qual contribuindo com R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a consecução do objeto social. Nesse caso,
- (A) sem prejuízo do direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, Paulo não poderá tomar parte nas relações de João com terceiros, sob pena de responder subsidiariamente pelas obrigações em que intervier.
 - (B) na omissão do contrato social, João poderá admitir novo sócio sem o consentimento expresso de Paulo.
 - (C) a inscrição do contrato social no Registro do Comércio confere personalidade jurídica à sociedade em conta de participação.
 - (D) a falência de João acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário, porém, falindo Paulo, o contrato social fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais do falido.
 - (E) a contribuição de Paulo constitui, com a de João, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais e a especialização patrimonial produz efeitos tanto em relação aos sócios, quanto em relação a terceiros.
-
75. Antônio emitiu um cheque nominativo a José contra o Banco Brasileiro S.A.. No mesmo dia, José endossou o cheque a Ricardo, fazendo constar do título que não garantiria o seu pagamento e que a eficácia do endosso estava subordinada à condição de que Maria, irmã de Ricardo, lhe pagasse uma dívida que venceria dali a dez (10) dias. Vinte (20) dias depois da emissão do título e sem que Maria tivesse honrado a dívida para com José, Ricardo apresentou o cheque para pagamento, mas o título lhe foi devolvido porque João não mantinha fundos disponíveis em poder do sacado. Nesse caso,
- (A) Ricardo não poderá endossar o cheque a terceiro, pois o cheque só admite um único endosso.
 - (B) o endosso em preto de cheque nominativo exonera o emitente do título de responsabilidade pelo seu pagamento.
 - (C) por força de lei, o emitente do cheque deve ter fundos disponíveis em poder do sacado, e a infração desse preceito prejudica a validade do título como cheque.
 - (D) José responderá perante Ricardo pelo pagamento do cheque, porque se reputa não escrita cláusula que isente o endossante de responsabilidade pelo pagamento do título.
 - (E) a despeito do inadimplemento de Maria, Ricardo ostenta legitimidade para cobrar o pagamento do título porque se reputa não escrita qualquer condição a que o endosso seja subordinado.
-
76. Os sócios quotistas de uma sociedade limitada, reunidos em assembleia e com base em autorização constante do contrato social, aprovaram, por maioria simples, a distribuição de lucros com prejuízo do capital social. Nesse caso, a distribuição de lucros é
- (A) inválida, ficando os sócios obrigados à reposição dos lucros que receberam em prejuízo do capital social, inclusive aqueles que votaram contra a sua distribuição ou se abstiveram de votar.
 - (B) inválida, mas, porquanto aprovada por maioria, os sócios não serão obrigados à reposição dos lucros recebidos, os quais deverão ser compensados com lucros futuros, se houver.
 - (C) válida porque autorizada pelo contrato social, de sorte que os sócios não serão obrigados a devolver os lucros recebidos.
 - (D) válida porque, na sociedade limitada, diferentemente de outros tipos societários, é permitida distribuição de lucros em prejuízo do capital social, e por isso, os sócios não serão obrigados a devolver os lucros recebidos.
 - (E) inválida, ficando os sócios obrigados à reposição dos lucros que receberam em prejuízo do capital social, exceto aqueles que os receberam de boa-fé.

Direito Tributário

77. De acordo com a Constituição Federal, a alíquota da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e de seus derivados, de gás natural e de seus derivados e de álcool combustível – CIDE-COMBUSTÍVEL – poderá ser
- (A) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo da União, aplicando-se à tributação do gás natural e de seus derivados os princípios da legalidade, noventena e anterioridade.
 - (B) aumentada e restabelecida por ato do Poder Legislativo da União, não se lhe aplicando o princípio da legalidade.
 - (C) reduzida e aumentada por ato do Poder Legislativo da União, não se lhe aplicando o princípio da noventena.
 - (D) reduzida e aumentada por ato dos Poderes Executivos dos Estados e do Distrito Federal, não se lhe aplicando o princípio da irretroatividade.
 - (E) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo da União, não se lhe aplicando o princípio da anterioridade.
-
78. Atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, o IPI, o ICMS, as taxas municipais pelo poder de polícia, as contribuições de melhoria e o Imposto de Exportação podem ter suas alíquotas aumentadas, respectivamente, por:
- (A) lei ordinária, decreto, lei ordinária, decreto e lei ordinária.
 - (B) lei complementar, lei ordinária, decreto, decreto e lei complementar.
 - (C) decreto, lei ordinária, lei ordinária, lei ordinária e decreto.
 - (D) lei ordinária, decreto, lei ordinária, lei ordinária e lei complementar.
 - (E) decreto, lei ordinária, decreto, decreto e lei ordinária.

79. Considere as seguintes informações: as operações em questão são sujeitas à incidência do ICMS e a alíquota deste imposto na operação interna, no Estado do remetente, é superior à alíquota da operação interestadual. Utilize o calendário abaixo, se necessário.

AGOSTO 2008						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

AGOSTO 2013						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

JANEIRO 2009						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DEZEMBRO 2013						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

JANEIRO 2014						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

- (1) No dia 01 de janeiro de 2009, não houve expediente nas repartições públicas desse Estado brasileiro – feriado nacional;
- (2) No dia 02 de janeiro de 2009, não houve expediente nas repartições públicas desse Estado brasileiro – ponto facultativo por decreto do governador;
- (3) Nos dias 30 e 31 de dezembro de 2013, não houve expediente nas repartições públicas desse Estado brasileiro – ponto facultativo por decreto do governador;
- (4) No dia 01 de janeiro de 2014, não houve expediente nas repartições públicas desse Estado brasileiro – feriado nacional;
- (5) Nos dias 02 e 03 de janeiro de 2014, não houve expediente nas repartições públicas desse Estado brasileiro – ponto facultativo por decreto do governador;
- (6) Nos sábados e domingos não há expediente nas repartições públicas do Estado do remetente.

Um contribuinte do ICMS de um Estado brasileiro, no dia 15 de agosto de 2008, uma sexta-feira, emitiu dois documentos fiscais referentes a saídas de mercadorias de seu estabelecimento, cujo destinatário se encontrava em outra unidade federada.

No primeiro documento, de número 111, destinando mercadoria a consumidor final, não contribuinte do ICMS, o imposto foi calculado, por equívoco do funcionário que o emitiu, mediante a aplicação da alíquota interestadual.

No segundo documento, de número 222, destinando mercadoria a consumidor final, não contribuinte do ICMS, o imposto foi calculado mediante a aplicação da alíquota interna sobre uma base de cálculo determinada intencionalmente de maneira inferior à correta, com o objetivo de pagar menos imposto do que o devido.

Em ambos os casos, o valor do imposto pago, pelo contribuinte remetente da mercadoria, foi o valor indicado no respectivo documento fiscal.

Atentando-se para a regra de contagem de prazo do art. 210 do CTN e considerando que o ICMS é tributo lançado por homologação no Estado do emitente dos documentos fiscais, e que o contribuinte acabou apurando e pagando o imposto neles destacado, ainda que em importância inferior à devida, as datas finais para que a Fazenda Pública do Estado do emitente desses documentos fiscais pudesse fazer o lançamento de ofício das diferenças de ICMS relacionadas com as citadas Notas Fiscais foram

- (A) 15 de agosto de 2013, para a NF 111, e 02 de janeiro de 2014, para a NF 222.
- (B) 31 de dezembro de 2013, para a NF 111, e 14 de agosto de 2013, para a NF 222.
- (C) 14 de agosto de 2013, para a NF 111, e 31 de dezembro de 2013, para a NF 222.
- (D) 19 de agosto de 2013, para a NF 111, e 06 de janeiro de 2014, para a NF 222.
- (E) 06 de janeiro de 2014, para a NF 111, e 19 de agosto de 2013, para a NF 222.

80. Raquel, violonista, Flávia, flautista e Beatriz, pianista, também são cantoras de música popular brasileira. Essas três artistas brasileiras decidiram, em novembro de 2013, gravar um DVD com canções, cujas letras e melodias são de autores brasileiros. Decidiram produzir o DVD no Estado do Ceará, porque, além de ser mais barato do que produzi-lo em outro Estado, ou até mesmo no exterior, foram informadas de que o DVD já estaria nas lojas a tempo para as vendas de Natal. A criação desse DVD

- (A) está sujeita ao ICMS, nas vendas dos DVDs pelos estabelecimentos varejistas aos consumidores finais.
- (B) está sujeita ao Imposto sobre Produtos Industrializados, na fase de multiplicação industrial de seus suportes materiais gravados.
- (C) está sujeita ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, relativamente à gravação das canções.
- (D) não está sujeita a imposto algum, desde a gravação do videofonograma até sua comercialização no varejo, porque Raquel, Flávia e Beatriz são brasileiras.
- (E) não está sujeita a imposto algum, desde a gravação do videofonograma até sua comercialização no varejo, porque os autores das canções são brasileiros.



81. De acordo com as normas gerais de direito tributário vigentes e, especificamente, a Lei Estadual cearense nº 12.732, de 24 de setembro de 1997, compete ao Contencioso Administrativo Tributário do Estado do Ceará decidir, no âmbito administrativo, as questões decorrentes de relação jurídica estabelecida entre o Estado do Ceará e o sujeito passivo de obrigação tributária estadual
- (A) ou entre os municípios cearenses e o sujeito passivo de obrigação tributária municipal, relativamente à exigência de crédito tributário estadual ou municipal, sendo que a representação dos interesses do Estado junto ao contencioso cearense é da competência da Procuradoria Geral do Estado ou das Procuradorias Municipais, conforme o caso.
 - (B) relativamente à exigência de crédito tributário, à restituição de tributos estaduais pagos indevidamente, à imposição de penalidades e demais encargos relacionados com essa exigência ou restituição e à solução de consulta em matéria tributária de competência estadual, sendo que a representação dos interesses do Estado junto ao contencioso cearense é da competência da Assessoria Jurídica do Gabinete do Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.
 - (C) ou entre os municípios cearenses e o sujeito passivo de obrigação tributária municipal, relativamente à exigência de crédito tributário, à restituição de tributos estaduais ou municipais pagos indevidamente e à imposição de penalidades e demais encargos relacionados com essa exigência ou restituição.
 - (D) relativamente à exigência de crédito tributário, à restituição de tributos estaduais pagos indevidamente, à imposição de penalidades e demais encargos relacionados com essa exigência ou restituição e à solução de consulta em matéria tributária de competência estadual, sendo que a representação dos interesses do Estado junto ao contencioso cearense é da competência da Representação Fiscal do Estado do Ceará.
 - (E) relativamente à exigência de crédito tributário, à restituição de tributos estaduais pagos indevidamente e à imposição de penalidades e demais encargos relacionados com essa exigência ou restituição, sendo que a representação dos interesses do Estado junto ao contencioso cearense é da competência da Procuradoria Geral do Estado.
-
82. Em setembro de 2013, Gustavo, com 10 anos de idade, domiciliado em Fortaleza/CE, recebeu em doação, de sua avó, Mariângela, viúva, domiciliada em Natal/RN, um terreno localizado à beira-mar, em Aquiraz/CE, do qual ela era proprietária, fazia 30 anos.
- Como Gustavo é menor de idade, a aceitação da doação foi feita apenas por sua mãe, que o representa na prática de atos da vida civil, pois seu pai foi destituído do poder familiar, por decisão judicial, e há muito tempo “anda desaparecido”.
- No momento em que foi lavrada a escritura de doação, Mariângela, que era contribuinte do IPTU, encontrava-se em débito com a Prefeitura do Município de Aquiraz, relativamente a esse imposto, no exercício de 2013.
- Considerando que o contribuinte do ITCD, nas doações, é o donatário e tomando como base o que dispõem a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, é correto afirmar:
- (A) Mariângela, ao formalizar a doação do imóvel a seu neto, deixará de revestir a condição de contribuinte do IPTU/2013, passando Gustavo a revestir a condição de contribuinte em relação ao IPTU/2013, mesmo que da escritura de doação conste certidão negativa relativamente a esse exercício.
 - (B) O pai de Gustavo pode ser considerado responsável tributário pelo ITCD devido por essa transmissão por doação, pelo simples fato de ser pai, mesmo não tendo intervindo no ato de transmissão por doação, nem tendo sido responsável por qualquer omissão.
 - (C) Gustavo, embora tenha apenas 10 anos de idade e seja, por causa disso, civilmente incapaz, tem, todavia, capacidade tributária para ser contribuinte do ITCD, pois sua capacidade tributária não é afetada por sua incapacidade civil.
 - (D) O sujeito ativo do ITCD incidente sobre essa transmissão é o Estado do Rio Grande do Norte, pois a doadora, Mariângela, está domiciliada em Natal.
 - (E) O pai e a mãe de Gustavo revestirão a condição de responsáveis tributários pelo IPTU em atraso e pelo ITCD devido por Gustavo, se, da escritura de doação, não constar certidão negativa relativamente a débitos do IPTU e do ITCD e se não for possível exigir de Gustavo o cumprimento da obrigação principal.
-
83. Com o objetivo de evitar a chamada “guerra fiscal” no âmbito do ICMS, a Constituição Federal, no seu art. 155, inciso II, c/c § 2º, inciso XII, alínea “g”, determina que a concessão de certos benefícios fiscais aos sujeitos passivos desse imposto só seja levada a efeito quando essa concessão for autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, nos termos do que estabelece a Lei Complementar: no caso, a Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975. De acordo com essa lei complementar e com os dispositivos citados da Constituição Federal, NÃO está sujeita à autorização do CONFAZ, no que diz respeito ao ICMS, a
- (A) inclusão de mercadoria na sistemática de retenção antecipada do imposto, por substituição tributária.
 - (B) redução de base de cálculo.
 - (C) outorga de isenções.
 - (D) redução de alíquota, de 17% para 3%.
 - (E) concessão de crédito presumido.
-
84. Um contribuinte do ICMS do Estado do Ceará adquire, de contribuinte do ICMS localizado na região Sul do país, mercadoria destinada a uso e consumo no seu estabelecimento, localizado em Fortaleza. A alíquota interna cearense das mercadorias adquiridas é de 17%. Considerando que esse adquirente cearense está enquadrado no Simples Nacional, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/06 e no artigo 155 da Constituição Federal, relativamente a essa aquisição, ele
- (A) não terá de pagar o ICMS, pois a entrada de mercadoria no estabelecimento, proveniente de outra unidade federada, com a finalidade de comercialização, industrialização, integração no ativo imobilizado ou uso e consumo do estabelecimento não é, via de regra, fato gerador desse imposto.
 - (B) terá de pagar o ICMS referente ao diferencial entre a alíquota interna e interestadual, calculada com base nas alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.
 - (C) não terá de pagar o ICMS, pois o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, exclui eventual incidência desse imposto na referida aquisição interestadual.
 - (D) terá de pagar o ICMS, pois o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, não exclui a incidência do ICMS devido a título de diferencial de alíquota, desde que as mercadorias adquiridas não estejam sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto.
 - (E) não terá de pagar o ICMS, pois contribuintes enquadrados no Simples Nacional estão dispensados desse pagamento.

**Direito Ambiental**

85. A empresa X pretende instalar uma indústria no Estado Alfa. Tal Estado, contudo, não possui órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente. Nesta hipótese, segundo a Lei Complementar nº 140/2011, a competência para conduzir o licenciamento ambiental será
- (A) solidária da União.
 - (B) supletiva do Município no qual se localizará o empreendimento.
 - (C) subsidiária da União.
 - (D) solidária do Município no qual se localizará o empreendimento.
 - (E) supletiva da União.
86. Determinado Município está com racionamento de água. O Ministério Público Estadual ajuizou uma ação civil pública em face da Associação das Concessionárias de Veículos do citado Município para obrigar os associados a utilizar a lavagem ecológica dos veículos no período de racionamento. Pediu a antecipação dos efeitos da tutela, que deverá ser
- (A) deferida, uma vez presentes a plausibilidade do direito e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, com fundamento no princípio da ordem econômica de defesa do meio ambiente.
 - (B) indeferida, porquanto é vedado ao Poder Judiciário interferir na atividade empresarial sem que haja lei expressa autorizando a tutela pretendida.
 - (C) indeferida, diante da livre iniciativa da ordem econômica.
 - (D) deferida com base no *venire contra factum proprium*.
 - (E) indeferida, diante da ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação.
87. A Defensoria Pública do Estado do Ceará ajuizou uma ação civil pública em face do Estado do Ceará, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para paralisar o licenciamento ambiental de uma rodovia estadual ao argumento de não haver sido considerada uma alternativa locacional apontada pelo EIA RIMA como mais adequada a se preservar a diversidade e a integridade de um importante patrimônio genético em estudo. Como Juiz,
- (A) deve ser concedida a tutela antecipada com fundamento no princípio da prevenção.
 - (B) a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, pela ilegitimidade passiva do Estado do Ceará.
 - (C) a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, diante da ilegitimidade ativa da Defensoria Pública.
 - (D) a antecipação dos efeitos da tutela deve ser negada, diante da ausência do *periculum in mora*.
 - (E) a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, pela impossibilidade jurídica do pedido.
88. Uma mineradora pretende exercer sua atividade em determinado local da zona rural do Município Gama. Pela lei de zoneamento deste Município, tal atividade é permitida no local. Contudo, pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado no qual o Município Gama está inserido, a atividade minerária é vedada no local pretendido. Neste caso, a mineradora
- (A) poderá exercer sua atividade se houver expressa autorização do Estado.
 - (B) não poderá exercer sua atividade até que o Zoneamento Ecológico-Econômico seja declarado inconstitucional por afrontar o zoneamento municipal.
 - (C) poderá exercer sua atividade, diante da competência constitucional do Município para reger a ocupação de seu território.
 - (D) não poderá exercer sua atividade, diante da vedação imposta pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, que é mais restritivo do que o zoneamento municipal.
 - (E) poderá exercer sua atividade, diante da ilegalidade do Zoneamento Ecológico-Econômico, que confronta com o zoneamento municipal.
89. O Estado Beta ajuizou uma ação civil pública em face de José Benedito visando retirá-lo de área de Parque Estadual, bem como a recuperação dos danos ambientais causados ao local. Durante a ação, ficou comprovado que: (i) o réu não tem título da área que ocupa com sua casa de veraneio, (ii) a ocupação ocorreu em momento posterior à criação do Parque Estadual, (iii) o réu possui no local criação de gado, galinha e porco. A ação deverá ser julgada
- (A) parcialmente procedente, apenas para retirar o réu do local.
 - (B) parcialmente procedente, apenas para impor ao réu um regramento específico de utilização do local.
 - (C) extinta, sem resolução de mérito, diante da falta de legitimidade do Estado Beta para figurar no polo ativo da ação.
 - (D) improcedente, diante da hipossuficiência do réu.
 - (E) procedente, uma vez comprovados os requisitos da responsabilidade civil ambiental.
90. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País
- (A) o aparelhamento do Estado no controle das atividades poluidoras e degradadoras, principalmente do bioma amazônico.
 - (B) condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
 - (C) a estabilidade agrícola.
 - (D) a permanência de espécies ameaçadas de extinção.
 - (E) a livre concorrência sustentável.



91. O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de determinado Município estudou uma dança folclórica típica do local, pretendendo preservá-la. Para tanto,
- (A) não poderá proteger a dança, por se tratar de patrimônio imaterial.
- (B) encaminhará o estudo à Secretaria de Cultura do Estado, diante da incompetência municipal para a preservação do patrimônio cultural.
- (C) poderá registrar tal dança folclórica por se tratar de patrimônio imaterial.
- (D) encaminhará o estudo ao IPHAN, uma vez que os Municípios não possuem competência para a tutela do patrimônio cultural.
- (E) efetivará o tombamento da citada dança folclórica.
-
92. A empresa QTC Empreendimentos Imobiliários apresentou projeto para a construção de duas torres residenciais e uma torre comercial em área de depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo e arbustivo. A área é caracterizada como fixadora de dunas existentes na região e está localizada na zona urbana do Município. Neste caso, o empreendimento
- (A) poderá ser autorizado, desde que seja precedido de EIA-RIMA.
- (B) não poderá ser autorizado por estar em área de preservação permanente.
- (C) não poderá ser autorizado por estar em área de reserva legal.
- (D) poderá ser autorizado por estar na zona urbana do Município.
- (E) poderá ser autorizado, desde que sejam exigidas medidas mitigadoras e compensatórias.
-
- Direito Administrativo**
93. A Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, estabelece diversas medidas de intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. NÃO é medida autorizada pela referida lei
- (A) a aplicação de multa àquele que sonegar gêneros ou mercadorias, recusar vendê-los ou os reter para fins de especulação.
- (B) a compra, armazenamento, distribuição e venda de tecidos e calçados de uso popular.
- (C) o tabelamento de preços máximos de mercadorias e serviços essenciais.
- (D) a desapropriação de animais de serviço ou destinados à reprodução.
- (E) o racionamento de serviços essenciais e dos bens arrolados na lei, em casos de guerra, calamidade ou necessidade pública.
-
94. NÃO é medida de polícia administrativa, no sentido estrito da expressão, a
- (A) imposição de contrapropaganda pelo órgão de defesa do consumidor, ao fornecedor que incorrer na prática de propaganda enganosa ou abusiva.
- (B) imposição de imunização obrigatória às populações sujeitas a determinada moléstia epidêmica.
- (C) aplicação de sanção a condenado em pena privativa de liberdade, por promover motim no estabelecimento penitenciário.
- (D) medida restritiva imposta pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) a atos de concentração econômica.
- (E) liquidação extrajudicial de instituição financeira, determinada pelo Banco Central.
-
95. No que tange ao julgamento das licitações, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,
- (A) exige, para contratação de bens e serviços de informática, a adoção do tipo de licitação "melhor técnica", permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo.
- (B) admite a utilização de critério sigiloso em licitações, quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) admite que haja fase de julgamento por lances verbais, somente nas modalidades concorrência e tomada de preço.
- (D) considera inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para compras, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- (E) não permite a desistência de proposta após a fase de habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
-
96. A Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), distingue o transporte coletivo em duas modalidades, conforme a natureza dos serviços prestados: público ou privado. Com base nessa distinção, é correto afirmar que o transporte público coletivo deve ser objeto de
- (A) concessão ou permissão; o transporte privado coletivo deve ser objeto de autorização.
- (B) permissão ou autorização; o transporte privado coletivo não depende da produção de ato administrativo para ser prestado.
- (C) concessão; o transporte privado coletivo deve ser objeto de permissão ou autorização.
- (D) concessão patrocinada; o transporte privado coletivo deve ser objeto de concessão administrativa.
- (E) concessão ou autorização; o transporte privado coletivo deve ser objeto de permissão.
-
97. O diretor de órgão integrante da estrutura de autarquia estadual assina termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Estadual, visando à regularização de práticas administrativas da referida autarquia, as quais, no entender do *parquet*, ofendem direitos dos usuários do serviço público prestados pela entidade autárquica. Nessa situação, o descumprimento do termo de conduta propiciará a execução judicial do acordo em relação
- (A) à autarquia, em litisconsórcio necessário com Estado-membro, pois em razão da relação de tutela, este sempre deverá ser chamado a intervir em demandas que digam respeito ao exercício de atividades descentralizadas.
- (B) à autarquia a que pertence o referido órgão, visto que em razão da teoria da imputação, o órgão é uma unidade sem personalidade jurídica própria, que congrega atribuições exercidas por agentes que o integram e expressam a vontade do ente estatal.
- (C) ao agente público, que é responsável direto pela manifestação de vontade que produziu e que deverá cumprir pessoalmente as obrigações ali assumidas.
- (D) ao órgão da autarquia, visto que este tem personalidade jurídica própria, distinta da entidade administrativa na qual está inserido, a qual responderá apenas em caráter subsidiário.
- (E) ao Estado-membro, pois, conforme a teoria da representação, é atribuível ao ente político a manifestação de todo e qualquer órgão ou entidade que estejam em sua esfera e que o representam nas relações com os demais sujeitos de direito.



98. Acerca dos bens públicos, é correto afirmar:
- (A) A imprescritibilidade é característica dos bens públicos de uso comum e de uso especial, sendo usufrutuários os bens pertencentes ao patrimônio disponível das entidades de direito público.
 - (B) As terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental constituem, nos termos do art. 225, *caput*, da Constituição Federal, bem de uso comum do povo.
 - (C) Os bens pertencentes aos Conselhos Federais e Regionais de Fiscalização são bens públicos, insuscetíveis de constrição judicial para pagamentos de dívidas dessas entidades.
 - (D) Os bens das representações diplomáticas dos Estados estrangeiros e de Organismos Internacionais são considerados bens públicos, para fins de proteção legal.
 - (E) Os imóveis pertencentes à Petrobrás, sociedade de economia mista federal, são considerados bens públicos, desde que situados no Território Nacional.
99. O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, estatui que
- (A) caso a desapropriação seja de bem avaliado em montante inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, será competente para conhecê-la o Juizado Especial da Fazenda Pública ou, caso haja interesse da Administração Federal, o Juizado Cível Federal.
 - (B) a alegação de urgência obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser renovada uma única vez.
 - (C) a desapropriação do solo implica necessariamente a desapropriação do subsolo.
 - (D) somente os juízes que tiverem garantia de vitaliciedade podem atuar nos processos de desapropriação, porém a jurisprudência dominante considera que tal exigência, em relação aos juízes substitutos, foi revogada pela Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35/1979).
 - (E) a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação obsta a concessão de licença para construir no imóvel objeto da declaração.
100. No tocante às várias espécies de ato administrativo, é correto afirmar:
- (A) Certidões são atos constitutivos de situações jurídicas formadas a partir da aplicação de preceitos legais vinculantes.
 - (B) Homologação é ato unilateral e discricionário, pelo qual o superior confirma a validade de ato praticado por subordinado.
 - (C) Decretos são atos de caráter geral, emanados pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (D) Alvará é o ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade.
 - (E) A permissão de uso qualificada é ato unilateral e discricionário que faculta a utilização privativa de bem público, no qual a Administração autolimita o seu poder de revogar unilateralmente o ato.